

Planos de aula / História / 8º ano / Os processos de independência nas Américas

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII–XIX)

Por: Guilherme Barboza De Fraga / 10 de Junho de 2019

Código: HIS8_14UND03

Sobre o Plano

Este plano de aula foi produzido pelo Time de Autores de Nova Escola

Professor: Guilherme Fraga

Mentor: Bianca Silva

Especialista: Sherol dos Santos

Assessor pedagógico: Oldimar Cardoso

Ano: **8º ano do Ensino Fundamental**


Unidade temática: **Os processos de independência nas Américas**

Objeto (s) de conhecimento: **A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão**


Habilidade(s) da BNCC: **(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.**

Palavras-Chave: **Resistência; escravidão; escravizados**

Materiais complementares

 **Documento**
Contexto - documentos
<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/zRg6EtybTP4a22w5ythqNheq7kbhTpKqNJ6uqGtDrx3VQTx4aZ3KktbJpcXz/his8-14und03-contexto-documentos.pdf>

 **Documento**
Problematização - documentos para análise dos grupos
<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/R3TyNMNr6uGuyN4z3aheSjvVVpa2zNCzRa8jFuKcTTkknxBqTepgX7djyRA/his8-14und03-problematizacao-documentos-para-analise-dos-grupos.pdf>

 **Documento**
Problematização - Expectativa de resposta dos grupos
<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/mX69UmrC2w9KTBxCpwkxatPdfrsn9qNHkeeNhfXvYyeXEEbHuZTUmHVaKng/his8-14und03-problematizacao-expectativa-de-resposta-dos-grupos.pdf>

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)**Slide 1 Sobre este plano**

Este slide em específico não deve ser apresentado para os alunos, ele apenas resume o conteúdo da aula para que você possa se planejar.

Este plano está previsto para ser realizado em uma aula de 50 minutos. Serão abordados aspectos que fazem parte do trabalho com a habilidade EF08HI14, de História, que consta na BNCC. Como a habilidade deve ser desenvolvida ao longo de todo o ano, você observará que ela não será contemplada em sua totalidade aqui e que as propostas podem ter continuidade em aulas subsequentes.

Materiais necessários: Data show para projetar as imagens e textos. Se não houver esta possibilidade, levar a cópia impressa das imagens e dos textos.

Material complementar:

Contexto - documentos:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/zRg6EtybTP4a22w5ythq/14und03-contexto-documentos.pdf>

Problematização - documentos para análise dos grupos:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/R3TyNMNr6uGuyN4z3ah/14und03-problematizacao-documentos-para-analise-dos-grupos.pdf>

Problematização - Expectativa de resposta dos grupos:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/mX69UmrC2w9KTBxCpv/14und03-problematizacao-expectativa-de-resposta-dos-grupos.pdf>

Para que os alunos aprendam a interpretar fontes históricas, é muito importante que você não forneça a eles as informações básicas sobre a fonte histórica antes da leitura de cada uma delas. Não comece a aula com uma exposição sobre o contexto histórico destes documentos, pois isso os impediria de construir o Contexto com base nas fontes, que é o objetivo central da aula de História.

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Ano: **8º ano do Ensino Fundamental**

Unidade temática: **Os processos de independência nas Américas**

Objeto (s) de conhecimento: **A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão**

Habilidade(s) da BNCC: **(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.**

Palavras-Chave: **Resistência; escravidão; escravizados**

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Slide 2 Objetivo

Tempo sugerido: 2 minutos

Orientações: Apresente o objetivo aos alunos, escrevendo-o no quadro ou lendo-o para a turma. Se estiver fazendo uso do projetor, apresente esse slide e faça uma leitura coletiva. É muito importante começar com a apresentação do objetivo para que os estudantes entendam a proposta e compreendam qual a expectativa de aprendizado ao fim da aula.

Analisar diferentes modos de resistência de escravizados no fim do período colonial e Império brasileiro.

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Slide 3 Contexto

Tempo sugerido: 8 minutos

Orientações:

Leia a frase com a turma e observe a imagem.

Depois, faça as seguintes provocações iniciais:

A escravidão foi uma instituição que vigorou no Brasil por mais de três séculos. O que a frase aponta sobre a escravidão?

O que significa resistir à escravidão?

Cite algumas formas de resistência à escravidão praticadas no Brasil colonial:

Espera-se que os alunos identifiquem que a frase trata sobre a resistência à escravidão, indicando que, em qualquer lugar onde houve escravidão, seja ela de negros africanos ou de indígenas, houve resistência. Resistir à escravidão significa tentar conquistar a liberdade, garantir melhores condições de vida ou desobedecer ordens, mantendo suas crenças e cultura. Espera-se que os alunos citem formas de resistência de diferentes impactos: praticando religiões de origem africana, jogando capoeira, promovendo festejos (congado, reisado, jongo), desobedecendo, fazendo corpo mole no trabalho, quebrando ferramentas, incendiando plantações, suicidando-se, agredindo feitores e senhores, organizando revoltas, negociando melhores condições de vida e trabalho, fugindo sozinhos ou com companheiros, formando quilombos, dentre outras possibilidades. Vale lembrar que o escravizado era um “bem precioso” e sabia disso. Logo, suas estratégias de resistência poderiam transitar entre o embate aberto e coletivo e as micro-resistências individuais cotidianas. Caso não seja possível projetar a frase e as imagens, leve-as impressas.

Fonte da imagem: Wikimedia. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e/> Acesso em 27/04/2019.

Fonte da imagem: Wikimedia. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2/> Acesso em 27/04/2019.

Fonte da imagem: Impressões Rebeldes - Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1685-quilombo-dos-palmares-pernambuco. Acesso em 27/04/2019.

Fonte da imagem: Wikimedia. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/51/CapoeiraEarle_02.JPG. Acesso em 27/04/2019.



Fonte: Wikimedia Commons



Fonte: Wikimedia Commons

Onde houve escravidão, houve resistência.



Fonte: História - Universidade Federal Fluminense



Fonte: Wikimedia Commons

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Como adequar à sua realidade: Caso você esteja em uma região em que haja quilombos ou festividades referentes a cultura afro-brasileira, utilize suas referências para realizar esta discussão e reflexão junto a sua turma.

Para você saber mais:

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. *Revoltas Escravas*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. p. 392.

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Slide 4 Contexto

Orientações:

O trecho do livro de Laura de Mello e Souza que trata de escravizados que buscavam as autoridades para clamar por justiça. Após a leitura do trecho, faça os seguintes questionamentos:

Sobre o que trata o trecho?

O que levava alguns libertos a serem reescravizados?

O que esses negros libertos faziam quando eram reescravizados?

De acordo com o trecho, como era a justiça nesses casos?

Espera-se que os alunos identifiquem que o trecho comenta sobre um tipo de resistência: recorrer às autoridades (Justiça) em situações como a de reescravização de negros libertos. Muitas vezes, por engano (ao serem confundidos com outro escravizado, capturados por capitães do mato, presos quando não portavam sua carta de alforria...) ou por má-fé (para atender às vontades de traficantes, capitães do mato e senhores de escravos) alguns libertos eram reescravizados. Nessa situação desesperadora, visto que já haviam conquistado ou comprado sua carta de alforria, muitos libertos recorriam às autoridades, entrando com processos na Justiça. Porém, segundo o texto, a Justiça era lenta e quase sempre falha. Caso não seja possível projetar o texto, leve impresso.

Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. Oportunidade e miséria nas Minas Gerais. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 62. (Tudo é História)

Leia o trecho do livro de Laura de Mello e Souza sobre escravizados que buscavam a Justiça:

“Muitas vezes os libertos eram reescravizados por engano ou má-fé. Então se desesperavam, dirigindo pedidos escritos às autoridades da capitania, descrevendo as péssimas condições em que viviam, clamando por uma justiça que tardava, e, não raro, falhava”.

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Slide 5 Problematização

Tempo sugerido: 20 minutos

Orientações:

A proposta da aula é dividir a turma em grupos menores para que cada grupo analise um documento que apresenta um tipo de resistência à escravidão: proposta de acordo, testamento e requerimento individual e coletivo à Assembleia Constituinte. Ao todo, são quatro documentos a serem analisados.

Os textos para análise dos grupos estão disponíveis nesse documento:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/R3TyNMNr6uGuyN4z3ah14und03-problematizacao-documentos-para-analise-dos-grupos.pdf>

Gabarito para o professor - Resposta das questões analisadas pelos grupos:

<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/mX69UmrC2w9KTBxCpy14und03-problematizacao-expectativa-de-resposta-dos-grupos.pdf>

Sugestão Complementar: Caso tenha maior disponibilidade de tempo de trabalho com a turma, peça para que os grupos troquem os documentos entre si, de modo que todos terão acesso ao conjunto de casos estudados.

- **Leiam os trechos sobre diferentes modos de resistência dos escravizados por melhores condições de vida em meio a escravidão ou pela liberdade.**
- **Reflitam com base nas questões propostas.**

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

Slide 6 Sistematização

Tempo sugerido: 20 minutos

Orientações:

Leia os trechos com a turma e peça que analisem a manifestação do deputado da Assembleia Constituinte (Costa Aguiar) e a decisão final do Imperador D. Pedro I, ressaltando que essas eram algumas possibilidades de respostas aos requerimentos naquele momento histórico - logo após a independência do Brasil e na ausência de uma Constituição.

Em seguida, solicite aos alunos que discutam e elaborem, em grupos menores (os mesmos formados anteriormente), possíveis respostas para o requerimento de Maria Joaquina, para o Tratado de Paz proposto pelos trabalhadores do engenho e para o requerimento coletivo de Inácio Rodrigues e outros escravizados. Quanto ao Testamento, proponha ao grupo uma reflexão sobre sua viabilidade.

Algumas proposições poderão nortear esta etapa de atividades:

No caso do requerimento à Assembleia Constituinte, qual seria o posicionamento do governo imperial diante do pedido da escravizada: acolheriam seu pedido e garantiriam a ela a liberdade combinada com sua senhora ou apoiaria Felizarda Querubina em sua decisão de manter Maria Joaquina na condição de escravizada? Quanto ao Tratado de Paz proposto pelos escravizados trabalhadores do engenho baiano, qual seria a resposta de seu senhor: atenderia parcial ou totalmente às solicitações ou recusaria os pedidos feitos?

E no caso do requerimento coletivo, qual seria a decisão final: o pedido de assistência gratuita seria concedido pela Assembleia, a decisão em primeira instância seria respeitada até a decisão em instância superior ou o direito à propriedade de Águeda Caetana estaria acima da benevolência da Assembleia nesse momento?

Quanto ao Testamento, o fato de ser um liberto deixando bens (por meio de um procurador visto que não sabia assinar) poderia ser questionado após sua morte, pondo em dúvidas sua garantia ao direito de propriedade? Ele poderia correr riscos em relação a essa garantia?

É importante lembrar os alunos da necessidade de considerar em suas decisões que o sistema

Análise de respostas ao requerimento coletivo de escravizados à Assembleia Constituinte de 1823:

Deputado Costa Aguiar:

“se faça uma lei que regule tais negócios, e que ponha ao abrigo da justiça os desvalidos e miseráveis.”

Imperador D. Pedro I:

“[enviou] ordens ao chanceler da casa de suplicação (...) para que os suplicantes fossem postos em poder da suplicada até o final da sentença.”

Resistência de escravizados: petições e acordos por melhores condições de vida ou liberdade (XVIII-XIX)

escravista permaneceu vigente no Brasil até o ano de 1888 e que tais decisões são individuais, não eliminando a estrutura da escravidão - ou seja, não garantindo abolição da escravatura.

Após a produção em grupos menores, solicite que os alunos comentem o que foi discutido no grupo e qual a decisão em relação aos pedidos feitos pelos escravizados.

Fonte: RODRIGUES, Jaime. Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 39, 1995. p. 164 e 166.

Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72079>

Acesso: 09/05/2019.

Sugestão complementar: Solicite que os estudantes organizem uma exposição com o nome: “Onde houve escravidão houve resistência”, composta por cartazes com desenhos, fotografias e frases representando os diferentes modos de resistência a escravidão, focando nas petições à Justiça, acordos com senhores e modos de solidariedade entre cativos e libertos. Exponha este material em algum espaço adequado da sua escola e organize a turma para explicar sobre este trabalho às pessoas que visitarem a exposição.

1. Imagens



Fonte: Wikimedia Commons



Fonte: Wikimedia Commons

**Onde houve escravidão,
houve resistência.**



Fonte: História - Universidade Federal Fluminense



Fonte: Wikimedia Commons

2. Trecho do livro de Laura de Mello e Souza sobre escravizados que buscavam a Justiça:

“Muitas vezes os libertos eram reescravizados por engano ou má-fé. Então se desesperavam, dirigindo pedidos escritos às autoridades da capitania, descrevendo as péssimas condições em que viviam, clamando por uma justiça que tardava, e, não raro, falhava”.

Fonte: SOUZA, Laura de Mello e. Opulência e miséria nas Minas Gerais. (Tudo é História). São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 62.

Grupo 1: Trecho de um Tratado de Paz proposto por trabalhadores do engenho Santana de Ilhéus, na Bahia, em 1789:

“Meu Senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu senhor também quiser nossa paz há de ser nessa conformidade [...].

Em cada semana nos há de dar os dias de sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós, não tirando um destes dias por causa de dia santo. Para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. [...]

Os atuais feitores não os queremos, faça a eleição de outros com a nossa aprovação. [...]

Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos, e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou qualquer pau sem darmos parte para isso. [...]

Poderemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença.”

Fonte: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 123-124.

Glossário:

tarrafa - instrumento de pesca.

feitores - capataz, aquele que supervisiona o trabalho dos escravizados.

jacarandás - árvore de grande porte cuja madeira é utilizada para a fabricação de móveis.

Após a leitura, discutam sobre as questões a seguir:

- Quem são os autores do documento?
- A quem eles se dirigem?
- Qual a proposta dos escravizados a seu senhor?
- Por que os escravizados pediram dias de folga?
- Por que os trabalhadores pedem instrumentos de pesca?
- Esse Tratado de Paz pode ser considerado um ato de resistência escrava?
- Podemos dizer que os escravizados desejavam acabar com a escravidão?

Grupo 2: Requerimento da escrava Maria Joaquina à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823

“Senhor

Diz Maria Joaquina, preta de Nação, que desejando libertar-se da Escravidão valeu-se de Sua Senhora Felizarda Querubina para lhe conceder recebendo para isso o preço que houvesse declarar[.] A isto não quis anuir a suplicada sua Senhora e sim que lhe desse a suplicante outra Escrava ao que prontamente satisfez a suplicante[.] Acontece porém que tomando a Suplicada conta da Escrava exigida pela liberdade da Suplicante lhe não quisesse depois passar-lhe sua carta de Liberdade o que deu motivo a Supplicante propor a competente ação de Libelo [...] á vista do que foi depositada vendo pois a suplicada que não podia vexar a Suplicante passou com manifesto dolo a fazer dela venda a Domingos Alvez Loreiro homem poderoso [...]. Com a dita sua Senhora removeram a Supplicante do depósito em que se achava para um á sua satisfação onde pretendiam não só castigar a suplicante como até vendê-la para fora da terra[.] Deste procedimento sabe a suplicante e com perigo de sua vida foge, e ainda hoje se acha refugiada sem poder tratar de sua Liberdade[.] Requereu a Suplicante ao Governo de Sua Majestade Imperial e este Benigno atendeu a sua súplica mandando expedir a Portaria de que faz menção Documento N 3^o e quando a Suplicante esperava que o Ouvidor da Comarca fizesse Receber aquele Loreiro a quantia de dez doblas porque diz ter comprado a Suplicante depois desta ter proposto a sua ação proferiu o Despacho de que trata o Documento N. 4^o querendo que a Suplicante a força sustenta demandar contra duas pessoas poderosas á vista pois da Justiça e razão que assiste a Suplicante Peço que Vossa Mercê Soberana haja por bem tomar a Suplicante debaixo de sua Augusta Proteção mandam do que o Governo faça receber a Loreiro a quantia porque diz comprara a Suplicante ficando direito a esta de poder haver de sua Senhora a sua Escrava[.]
Espera Receber Mercê”.

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados. Documento “BR DFCD AC 1823-F-488-1703”. Requerimento da escrava Maria Joaquina à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823. Disponível em:
<https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/F/AC1823-F-488-1703-Transcricao.pdf>.
(Adaptado) Acesso em: 05/04/2019.

Glossário:

Anuir - consentir, estar de acordo, aprovar.

Libelo - acusação.

Dolo - em direito penal, a deliberação de violar a lei, por ação ou omissão, com pleno conhecimento da criminalidade do que se está fazendo.

Despacho - resolução, deliberação, decisão.

Vossa Mercê - Forma de tratamento cerimonioso que se dirige a pessoas que não são tratadas por tu.

Receber Mercê - favor, graça, benefício.

Após a leitura, discutam sobre as questões a seguir:

- Que tipo de documento é esse?
- Por que Maria Joaquina recorreu à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa?
- O que sua senhora prometeu e não cumpriu?
- Além de não cumprir a promessa, qual outra injustiça cometeu Felizarda Querubina contra sua escravizada?
- Diante de seguidas injustiças, o que fez Maria Joaquina?
- O requerimento de Maria Joaquina pode ser considerado um ato de resistência escrava?

Grupo 3: Trechos sobre o requerimento coletivo de Inácio Rodrigues e outros suplicantes à Assembléia Constituinte de 1823

“Inácio Rodrigues e os outros suplicantes - que aparentemente eram trabalhadores urbanos na Corte - eram escravos de Águeda Caetana e com ela se envolveram numa longa contenda para tentar obter a liberdade. Haviam sido vencidos no Tribunal de Suplicação e imediatamente solicitaram revisão do processo, alegando que estavam sendo perseguidos por sua senhora. O requerimento enviado por eles à Assembleia Constituinte tinha como objetivo conseguir uma ordem que lhes garantisse poderem tratar livremente de suas vidas e de sua causa, sem ter que ficar à mercê de Águeda Caetana, que estava vendendo alguns dos litigantes para o interior, com o objetivo de desvirtuar o sentido coletivo da ação. [...]

Os deputados constituintes podiam atender ou não ao pedido encaminhado por Inácio Rodrigues e seus companheiros - a questão era tentar. Se a resposta fosse positiva, ganhavam os escravos que tiveram a ousadia de pedir a correção de um caso em que eles se acharam injustiçados. Se a resposta fosse negativa, a justiça continuaria a cuidar do caso como vinha fazendo até àquele momento. Os escravos de Águeda Caetana parecem ter percebido que tinham pouco a perder.

Águeda Caetana provavelmente não era tola também. [...] Ciente ou não da iniciativa de seus escravos em escrever para a Assembleia Constituinte, resolveu se precaver vendendo os escravos para o interior. [...]

Uma boa maneira de dissuadir as pretensões do grupo e fazer a causa coletiva perder o sentido era dispersar os escravos, vendendo-os aos poucos para diferentes localidades. Águeda pode ter pensado também que, uma vez que estavam contra ela na justiça, esses escravos não teriam mais o mesmo ânimo para o trabalho.”

Fonte: RODRIGUES, Jaime. Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 39, p. 159-167, 1995. p. 160 e 162.

Glossário:

Assembleia Constituinte de 1823 - Assembléia de deputados convocada por D. Pedro I para elaboração de uma constituição para a nação recém independente (1822), dispondo sobre os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros.

Contenda - confronto, quando duas pessoas estão em oposição.

Mercê - favor, graça, benefício.

Litigantes - cada uma das partes envolvidas num processo que está em tribunal para apreciação e decisão sobre uma determinada situação.

Precaver - tomar uma medida antecipada para evitar algo ruim.

Dissuadir - convencer a mudar de ideia.

Após a leitura, discutam sobre as questões a seguir:

- Qual o conteúdo do trecho?
- Essa era a primeira tentativa de requerer a liberdade?
- Por quê os escravizados recorreram à Assembleia Constituinte?
- Águeda Caetana venceu o processo em primeira instância (a fase inicial), mas não permaneceu com seus escravizados, optando por vendê-los para outros proprietários no interior. Por quê ela tomou tal atitude?
- O que os escravizados podiam perder recorrendo à Assembleia Constituinte?
- Esse requerimento coletivo pode ser considerado um ato de resistência dos escravizados?

Grupo 4: Trechos do Testamento de Antonio Gaia

“Arquivo Público do Rio Grande do Sul
Ano 1883
RIO GRANDE
1º Cartório
Orphãos e Provedoria
Testamento

[...]

Eu Antonio Gaia, preto forro, de nação nagô, na Costa da Mina, achando-me doente e temendo a morte, resolvi fazer o meu testamento e o determino pela maneira seguinte: declaro que sempre professei a Religião Católica, em cuja fé espero morrer, que resido nesta cidade há muitíssimos anos, no estado de solteiro, e tenho cinquenta e tantos de idade, e finalmente, que não tendo pais vivos, podendo, por conseguinte, dispor livremente do pouco que possuo. Declaro que tenho uma filha natural de nome Zeferina Gaia, havida da finada preta forra de nome Leopoldina, a qual minha filha natural neste momento solene, reconheço e legitimo, como se filha legítima fosse, e a considero e a instituo por herdeira universal de tudo quanto possuo. Declaro que deixo ao preto forro de nome Claudino, filho da finada preta Leopoldina, a quantia de quatrocentos mil réis. [...] Deixo ao meu compadre José da Silva Ramos, preto forro, tudo quanto me deverem ao tempo do meu falecimento que cobrará para si, de cujas dívidas é sabedor [...]. E por eu não saber ler nem escrever, pedi ao senhor Adolpho Freire, e digo que este por mim fizesse e a meu rogo assinasse, o qual me foi lido e o achei em tudo conforme havia ditado. Cidade do Rio Grande do Sul, em primeiro de Maio de mil oito centos oitenta e três. 1883.”

Fonte: Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2015/03/testamento-montagem-p-impresao-com-logos.pdf>. (Adaptado) Acesso em: 04/04/2019.

Glossário:

Finada - falecida.

Forro(a) - liberto da escravidão, alforriado.

Rogo - ato ou efeito de rogar, suplicar.

Após a leitura, discutam sobre as questões a seguir:

- Que tipo de documento é esse?
- Quem está deixando o testamento?
- Para quem Antonio Gaia deixa seus bens?
- O que esse documento indica sobre a escravidão no Brasil?
- Esse testamento pode ser um ato de resistência?
- Antonio Gaia não assina o documento por não saber ler nem escrever. Por quê?

Grupo 1: Trecho de um Tratado de Paz proposto por trabalhadores do engenho Santana de Ilhéus, na Bahia, em 1789:

Questões:

- Quem são os autores do documento?
- A quem eles se dirigem?
- Qual a proposta dos escravizados a seu senhor?
- Por que os escravizados pediram dias de folga?
- Por que os trabalhadores pedem instrumentos de pesca?
- Esse Tratado de Paz pode ser considerado um ato de resistência escrava?
- Podemos dizer que os escravizados desejavam acabar com a escravidão?

Expectativa de resposta:

Espera-se que os alunos identifiquem que o documento foi elaborado por trabalhadores escravizados e se dirigem ao dono do engenho. O documento propõe mudanças nas condições de trabalho no engenho. É importante que os alunos percebam que essa atitude mostra o quanto os escravizados foram agentes de sua própria história, ou seja, não aceitaram sua condição e os maus-tratos que sofriam passivamente, mas lutaram por seus interesses, exigindo mudanças. Nesse sentido, pedir um dia de folga era um modo de buscar trabalhos remunerados que lhes permitisse acumular o valor necessário para comprar a carta de alforria que garantiria sua liberdade e para buscar condições de uma nova vida como liberto. Ao pedirem instrumentos de pesca solicitam o apoio de seu dono para conseguir seguir adiante em tal empreitada - visto que nada possuíam para iniciar atividades laborais fora do engenho. Esse Tratado pode ser considerado um ato de resistência escrava pois ele reivindicava melhores condições de vida e de trabalho - e tal documento poderia gerar retaliações aos escravizados, como castigos ou agressões. A resistência é perceptível no documento ao pedir dias de folga, ao solicitação a eleição de novos feitores, ao pedir autonomia para plantar e cortar árvores das terras do engenho, além de poderem manter seus hábitos culturais como os cantos e as brincadeiras. Por fim, o documento não pede o fim da escravidão. As reivindicações apontam para melhorias nas condições de trabalho e de vida no engenho de Santana de Ilhéus.

Grupo 2: Requerimento da escrava Maria Joaquina à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823

Questões:

- Que tipo de documento é esse?
- Por que Maria Joaquina recorreu à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa?
- O que sua senhora prometeu e não cumpriu?
- Além de não cumprir a promessa, qual outra injustiça cometeu Felizarda Querubina contra sua escravizada?
- Diante de seguidas injustiças, o que fez Maria Joaquina?
- O requerimento de Maria Joaquina pode ser considerado um ato de resistência escrava?

Expectativa de resposta:

Espera-se que os alunos identifiquem que o documento é o requerimento de uma escravizada de nome Maria Joaquina à Assembleia Geral Constituinte do Império do Brasil. O motivo que levou a escravizada a tal atitude foi uma injustiça por parte de sua proprietária, Felizarda Querubina. A senhora prometeu a liberdade a Maria Joaquina quando esta lhe trouxesse uma outra escravizada. Mesmo cumprindo a exigência, Felizarda descumpriu o combinado e não deu à carta de alforria à Maria Joaquina. Além dessa injustiça, vendeu sua escravizada a Domingos Alvez Loureiro. Diante de tantas injustiças, Maria Joaquina fugiu de seu novo dono e tornou-se refugiada, sem poder requerir de outro modo sua liberdade restando-lhe suplicar ajuda às autoridades. Por fim, o requerimento é um tipo de ato de resistência individual pois, diante das injustiças sofridas, coube a ela buscar o auxílio das autoridades do Império, nesse caso, à Assembleia Constituinte. Assim como ela, outros escravizados e escravizadas buscaram a Justiça ou outras instâncias de poder em busca de solução para suas situações de injustiça.

Grupo 3: Trechos sobre o requerimento coletivo de Inácio Rodrigues e outros suplicantes à Assembléia Constituinte de 1823.

Questões:

- Qual o conteúdo do trecho?
- Essa era a primeira tentativa de requerer a liberdade?
- Por quê os escravizados recorreram à Assembleia Constituinte?
- Águeda Caetana venceu o processo em primeira instância (fase inicial), mas não permaneceu com seus escravizados, optando por vendê-los para outros proprietários no interior. Por quê ela tomou tal atitude?
- O que os escravizados podiam perder recorrendo à Assembleia Constituinte?
- Esse requerimento coletivo pode ser considerado um ato de resistência escrava?

Expectativa de resposta:

Espera-se que os alunos compreendam que trata-se de um requerimento coletivo para reconhecimento de liberdade impetrado por Inácio Rodrigues e outros suplicantes contra Águeda Caetana. Os escravizados já haviam tentado a conquista em primeira instância judicial, mas não obtiveram sucesso, o que levou-os a buscar recurso em segunda instância. Como não tinham condições de arcar com as custas do processo, apelaram à Assembleia Constituinte. Águeda passou a vendê-los para outros senhores de escravos no interior com o objetivo de desvirtuar o sentido do processo, visto que os recorrentes não estariam mais tão próximos para cuidar da causa. Além disso, pensava ela que não estavam mais com ânimo para trabalhar em suas terras, achando conveniente encaminhá-los a outros proprietários. Quanto aos escravizados, não tinham nada a perder pois a Assembleia acolheria seu requerimento e corrigiria a injustiça ou nada faria e o processo seguiria na Justiça. Ou seja, já sem liberdade e sem condições de arcar com as custas do processo, os escravizados preferiram correr o risco - o que pode ser caracterizado como um modo de resistência à escravidão.

Grupo 4: Trechos do Testamento de Antonio Gaia

Questões:

- Que tipo de documento é esse?
- Quem está deixando o testamento?
- Para quem Antonio Gaia deixa seus bens?
- O que esse documento indica sobre a escravidão no Brasil?
- Esse testamento pode ser um ato de resistência?
- Antonio Gaia não assina o documento por não saber ler nem escrever. Por quê?

Expectativa de resposta:

Espera-se que os alunos identifiquem que o documento é um testamento, ou seja, um documento feito no cartório para indicar quem ficará com os bens da pessoa após a sua morte. O testamento é de Antonio Gaia, um “preto forro” - um negro que já havia garantido sua alforria. Nos trechos citados ele deixa bens para sua filha, para o filho de sua antiga companheira e para seu compadre. Declara a filha sua herdeira universal, a Claudino deixa uma quantia em dinheiro e a seu compadre deixa o valor referentes às dívidas que serão por ele cobradas. Além de indicar que alguns libertos conseguiram se estruturar e adquirir bens após a alforria, o documento indica que a solidariedade entre libertos e escravos era comum nesse período, garantindo o sustento e uma vida digna a outros que viveram, no passado, a mesma condição de dominação. Nesse sentido, ser solidário dentro do sistema escravista pode ser considerado um ato legítimo de resistência. Por fim, o fato de Antonio Gaia não assinar o próprio testamento indica que a situação dos libertos não era comparável a dos brancos, visto que não tinham acesso à educação formal.